

RESISTÊNCIA CAMPONESA E VIOLÊNCIA RURALISTA NO ESTADO DO PARANÁ

Priscilla Bagli⁸

Bernardo Mançano Fernandes⁹

RESUMO: Violência e resistência são elementos constituintes da realidade brasileira, em especial no Estado do Paraná, palco de conflitos, opressões e lutas contestatórias históricas. Entender as formas de violência e suas respectivas implicações torna-se fundamento para compreender a base consolidada da estrutura latifundista no Brasil. O presente trabalho tem como objetivo compreender a espacialização dos conflitos e da violência no Estado do Paraná, realizando um análise correlativa entre o processo de luta pela terra e as políticas governamentais adotadas frente a realidade em questão.

Palavras-chave: Luta pela terra – espacialização – violência – resistência – expropriação

RESISTANCE PEASANT AND VIOLENCE RURALISTA IN THE STATE OF PARANÁ

Abstract: Violence and resistance are constituent elements of the brazilian reality, especially in the State of Paraná, stage of conflicts, oppressions and you fight historical. To understand the violence forms and its respective implications becomes, is necessary to understand the base consolidated of the agrarian structure of Brazil. The present work has as objective to understand the espacialization of the conflicts and of the violence in the State of Paraná, accomplishing a correlative analysis among the process for struggle for land and the politics government adopted front the reality in question.

Key-words: Struggle for land – espacialization – violence – resistance – expropriation

⁸ Graduanda em geografia da FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente, bolsista do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, projeto desenvolvido no NERA. e-mail: priscillabagli@yahoo.com.br

⁹ Professor Doutor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente. bmf@prudente.unesp.br

Desde o povoamento europeu no Brasil, o monopólio da terra tem sido garantido sob a égide da violência, utilizada contra índios, negros, mestiços e imigrantes. Conflitos por terra fazem parte da realidade histórica do Brasil, especialmente do Estado do Paraná, palco de uma das maiores guerras camponesas acontecidas no século passado: a Guerra do Contestado. Mas as lutas não se resumem a acontecimentos pretéritos, são elementos constitutivos da realidade atual.

Embora a história brasileira conforme-se enquanto uma história de intensa opressão, nas entrelinhas dos acontecimentos uma outra realidade vai sendo configurada. As formas de lutas e resistências contrariam a ordem, questionando os paradigmas de desenvolvimento impostos. Refletem as disparidades sociais, o conflito de interesses existentes entre os modelos do uso da terra. Trazem a garantia de conquistar a ressocialização produtiva, econômica e política.

O Paraná apresenta uma realidade cruel e conflitante: é o sétimo estado em nível de pobreza no Brasil, tendo uma das maiores concentrações fundiárias e de renda do país. O norte do estado apresenta elevados índices de violência no campo que se acentuaram com o governo Jaime Lerner.

O concentracionismo, aliado a intensa modernização das atividades agrícolas, tem contribuído para aumentar as disparidades e acentuar os conflitos no campo. Diariamente, uma nova massa de expulsos e expropriados incorporam-se a realidade dos trabalhadores rurais sem terra, concorrendo para espacializar o processo de luta pela terra. A busca pela terra de trabalho transformou-se em via única para os trabalhadores excluídos ou marginalizados do processo produtivo.

Diante desta realidade, de lutas e conflitos, escolhemos o Estado do Paraná para realizar os estudos que envolvem a questão da violência no campo, uma vez que estas podem ser facilmente identificáveis. O objetivo norteador deste trabalho é compreender as formas de violência e resistência, espacializando as lutas e os conflitos ocorridos no estado. Para estudo de caso, foi escolhida a microrregião de Paranavai, especialmente o município de Querência do Norte, nos anos de 1996 a 2001.

Pesquisas bibliográficas fundamentaram a construção do conhecimento científico sobre a temática em questão. Para coleta de dados sobre a violência, foram utilizados os cadernos "Conflitos no Campo", publicado pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), nos anos de 1996 a 2000; e o sítio da CPT, para o ano de 2001.

Foram selecionados dados sobre conflitos no campo; assassinatos; tentativas de assassinatos; ameaças de morte; violência contra a luta pela terra; e violência contra a pessoa.

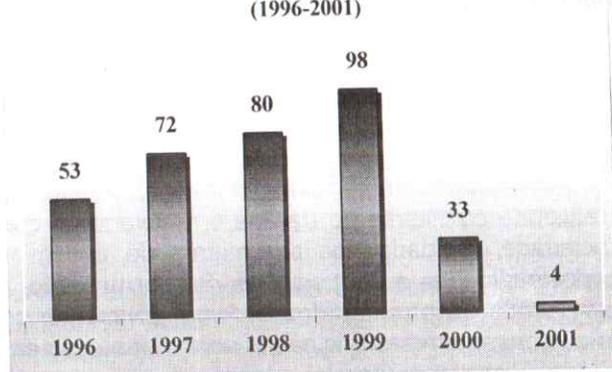
Como o espaço é constituído por processos sociais contraditórios, sendo ao mesmo tempo lócus da expropriação e da libertação (FERNANDES, 1996, p.25), torna-se palco de interesses conflitantes e antagonísticos. No choque de antagonismos, inerentes ao processo desigual e contraditório, ocorrem exclusões e também resistências, gerando conflitos que culminam nas mais diversas formas de violência.

A realidade conflitante do Paraná é resultado da construção dialética da sociedade, moldada nos parâmetros do desenvolvimento capitalista, sob desigualdades e contradições. Se por um lado, procura-se expandir as relações decorrentes desse desenvolvimento, por outro, tenta-se resistir as conseqüências originadas com o processo expansivo. O mesmo território passa a comportar processos adversos: a luta do capital e a luta contra o capital. Nesse embate, o cotidiano dos pobres da cidade e do campo é reinventado. Martins (1986, p.11) aponta que a luta pela terra transforma-se em instrumento dessa reinvenção, rompendo com as velhas relações de dominação, questionando o direito de propriedade iníquo.

Dessa forma, as ocupações passam a representar a garantia do acesso a terra. A busca pela sobrevivência e pelos meios de produzir tem demonstrado, conforme aponta Martins (1986, p.11), "a injustiça do cercamento, da usurpação, da má e errada distribuição da riqueza construída sobre a fome do pobre; mas também a injustiça da justiça, das instituições do Estado, das leis", injustiça essa que passa a ser encarada como barreira à constituição de um modo de vida camponês. Entretanto, a luta pelo acesso à terra e pela garantia à sobrevivência contrapõem os interesses latifundistas, porque retorque a estrutura agrária fundamentada no concentracionismo. ...

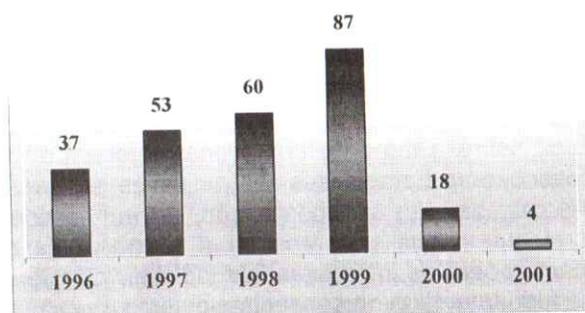
Entre os extremos da sociedade, as contradições manifestam-se no embate político. No contexto de contradições e impasses, os conflitos são inevitáveis. Enquanto o "outro" – desconhecido, expropriado, marginalizado – luta para reinserir-se, conquistando a terra de trabalho; os agentes hegemônicos travam um embate para barrar a luta e a expansão desse movimento de contestação e ruptura. Os dados coletados apresentam crescimento dos conflitos no campo e das ocupações no período considerado. Os gráficos abaixo permitem melhor visualização do fato:

Gráfico 1 - Paraná: Conflitos no Campo (1996-2001)



Fonte: Cadernos Conflitos no Campo (1996-2000); sítio da CPT www.cptnac.com.br

Gráfico 2 - Paraná: Ocupações de terras (1996-2001)



Fonte: Cadernos Conflitos no Campo (1996-2000); sítio da CPT www.cptnac.com.br

No choque de interesses, os conflitos por terra desdobram-se em inúmeros tipos de violências que funcionam como método eficaz de coação. Expulsões, despejos, ameaças de despejos, destruição de pertences, roças e barracos, torturas, assassinatos, tentativas de assassinatos, ameaças de morte são algumas das violências resultantes dos conflitos na terra e pela terra. O quadro abaixo apresenta os índices de violência no campo no Estado do Paraná, nos anos de 1996 a 2001.

QUADRO 1 - VIOLÊNCIA CONTRA A LUTA PELA TERRA

Ano	Conflitos	Famílias Expulsas	Vítimas de Despejo	Vítimas de ameaça de		Vítimas de destruição de		
				Despejo	Expulsão	Barracos	Roças	Pertences
1996	46	170	436	4572	324	0	20	0
1997	72	30	125	3374	127	0	44	109
1998	80	250	986	1694	92	460	22	535
1999	98	146	1364	865	174	495	249	409
2000	33	96	1848	900	600	316	36	100
2001	4	2	44	0	0	0	0	0
Total	333	694	4803	11405	1317	1271	372	1153

Fonte: Cadernos de Conflitos no Campo, CPT, 1996-2001.

Pelos índices apresentados, nota-se o crescimento da violência no campo nos anos de 1996 a 2000. Se por um lado, percebe-se queda gradual nas ameaças de despejos, verifica-se, em contrapartida, que as ações concretas foram adotadas enquanto métodos mais eficazes de coação. O crescimento no número de vítimas de despejos demonstra que as intimidações, realizadas mediante ameaças, foram substituídas pelo fato consumado.

Houve também aumento nos índices de destruição de roças, barracos e pertences. A violência tornou-se elemento cada vez mais presente no cotidiano das famílias sem-terra, com uma finalidade prática: promover a desmobilização completa dos participantes do processo de luta.

QUADRO 2 - VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA

Ano	Assassinatos	Tentativas de assassinatos	Ameaçados de morte	Torturados	Agredidos	Presos	Vítimas de lesões
1996	0	7	6	0	0	6	9
1997	4	3	3	0	2	24	6
1998	8	14	11	0	44	85	37
1999	2	2	11	3	8	124	26
2000	2	0	7	1	13	147	136
2001	0	0	1	0	0	9	0
Total	16	26	39	4	67	395	214

Fonte: Cadernos de Conflitos no Campo, CPT, 1996-2001.

Em se tratando de violência específica contra a pessoa, nota-se índices alarmantes. Convém ressaltar que os atos violentos são utilizados não apenas contra os trabalhadores sem-terra; atingem também outras pessoas envolvidas no processo de luta, como padres, lideranças políticas, agentes das pastorais, etc.

Desde o ano de 1999, os assassinatos e as tentativas de assassinatos diminuíram. Entretanto, novas estratégias políticas de repressão entraram em cena. Prisões de lideranças e outras pessoas influentes na organização da luta são realizadas na tentativa de desordenar as ações do movimento, desviando as atenções para outros fins. Esse método de punição desmobiliza a confrontação, uma vez que os organizadores do processo encontram-se encarcerados e, portanto, impossibilitados de agir, ordenar e participar da luta. A perseguição política, por intermédio das prisões, passou a ser o principal método utilizado para desmobilizar o processo de luta pela terra.

Conflitos e ocupações apresentam clara correlação. Visualiza-se melhor tal correlatividade quando efetuamos a análise da participação individual das microrregiões e dos municípios.

A microrregião de Paranavaí, nos anos de 1997, 1998, 1999 e 2000, é a mais conflituosa do estado, sendo superada apenas no ano de 1996 pela microrregião de Londrina. Em se tratando das ocupações de terra, a microrregião se destaca com intensa participação nos anos de 1996, 1997, 1998 e 1999, sendo superada apenas no ano de 2000 pela microrregião de Campo Mourão.

O município mais conflituoso do estado, no período de 1997 a 2000, é o de Querência do Norte, sendo sobrepujado apenas no ano 1996 por Tamarana. Em relação às ocupações de terra, percebe-se a mesma proporção: Querência do Norte apresenta os maiores índices nos anos de 1997 a 2000, sendo superado pelo município de Tamarama apenas no ano de 1996.

Percebe-se que os municípios e microrregiões mais conflituosos foram também aqueles onde as ocupações de terras ocorreram em maior quantidade. A violência surgiu enquanto instrumento de repressão das manifestações, gerando os conflitos e os embates políticos na adversidade de interesses.

Objetivou-se, com o aumento da violência sobre as ocupações, coagir a participação dos movimentos sociais, extinguindo gradualmente a luta. Foi instituída uma política de contra-reforma agrária. Em detrimento de uma reforma agrária distributiva, optou-se por beneficiar a grande empresa rural, "modernizando", por intermédio da violência, as estruturas existentes no campo, fato que acentuou o concentracionismo fundiário no estado.

A política governamental atual tem seguido a linha da política utilizada pelos governos militares após a implantação do Estatuto da Terra, em 1964. Em nome do desenvolvimento das forças produtivas, alianças são realizadas contra o campesinato, contrapondo-se à possibilidade de um modo de vida camponês. A empresa rural transformou-se em única solução para a questão agrária no Brasil (MARTINS, 1995, p.101).

QUADRO 3 – CONFLITOS NO CAMPO – MICRORREGIÕES MAIS VIOLENTAS (1996-2000)

Ano-1996		Ano-1997		Ano-1998		Ano-1999		Ano-2000	
Micro	Qtde	Micro	Qtde	Micro	Qtde	Micro	Qtde	Micro	Qtde
Londrina	10	Paranavaí	22	Paranavaí	30	Paranavaí	37	Paranavaí	11
Paranavaí	8	Goioerê	8	Guarapuava	9	Cascavel	14	Astorga	5
Cascavel	7	Guarapuava	6	Foz do Iguaçu	5	Ivaiporã	8	Cascavel	4

Fonte: Caderno Conflitos no Campo, CPT, 1996-2000.

Quadro 4 – Participação das microrregiões no processo de luta pela terra (1996-2000)

Ano-1996		Ano-1997		Ano-1998		Ano-1999		Ano-2000	
Micro	Qtde	Micro	Qtde	Micro	Qtde	Micro	Qtde	Micro	Qtde
Paranavaí	8	Paranavaí	16	Paranavaí	25	Paranavaí	29	Campo Mourão	5
Londrina	8	Goioerê	8	Foz do Iguaçu	5	Cascavel	13	Paranavaí	4
Cascavel	5	Londrina	4	Guarapuava	4	Ivaiporã	7	Cascavel	2

Fonte: Caderno Conflitos no Campo, CPT, 1996-2000.

QUADRO 5 - CONFLITOS NO CAMPO - MUNICÍPIOS MAIS VIOLENTOS (1996-2000)

Ano-1996		Ano-1997		Ano-1998		Ano-1999		Ano-2000	
Município	Qtde	Município	Qtde	Município	Qtde	Município	Qtde	Município	Qtde
Tamarama	8	Querência	12	Querência	12	Querência	8	Querência	3
Querência	5	Nova Cantu	7	Terra Rica	5	Santa Cruz	6	Tamarana	3
Cascavel	3	Teixeira Soares	3	Laranjal	3	Catanduvas	5	Congonhinhas	2

Fonte: Caderno Conflitos no Campo, CPT, 1996-2000.

QUADRO 6 – PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PROCESSO DE LUTA PELA TERRA (1996-2000)

Ano-1996		Ano-1997		Ano-1998		Ano-1999		Ano-2000	
Município	Qtde	Município	Qtde	Município	Qtde	Município	Qtde	Município	Qtde
Tamarama	7	Querência	7	Querência	10	Querência	7	Querência	3
Querência	4	Nova Cantu	7	Terra Rica	5	Lindoeste	6	Congonhinhas	2
Cascavel	2	Tamarana	4	São Miguel	3	Mirador	6	Iretama	2

Fonte: Caderno Conflitos no Campo, CPT, 1996-2000.

O objetivo de reprimir as ocupações de terra age no sentido de sufocar as manifestações dos movimentos sociais, restringindo as ações e impedindo o processo de espacialização da luta.

Com a intensificação do processo repressivo, os índices de violência no campo tornaram-se alarmantes, centralizando atenções em escala nacional. Surgiram inúmeros protestos e mobilizações ligadas ou não aos movimentos sociais de luta pela terra. Para reverter este quadro, o governo Jaime Lerner implantou no Estado do Paraná, o sistema de Ouvidoria: um representante do governo, o Ouvidor, procura evitar os conflitos, fazendo o papel de intermediário entre sem-terras e latifundiários.

Uma nova realidade começou a ser desenhada. Os índices de violência apresentaram queda considerável: de 33 conflitos, em 2000, para apenas 4 conflitos, em 2001. Entretanto, convém ressaltar que o processo de espacialização da luta, por intermédio das ocupações de terras, também diminuiu. As ocupações, que aumentaram gradualmente no período de 1996 a 1998, apresentaram uma queda sensível para os anos de 2000 e 2001. O que se percebe é uma nova estratégia política construída para reprimir as manifestações dos movimentos sociais em busca pela terra. A Ouvidoria apresenta-se enquanto uma "nova" forma de mascarar a "velha" realidade.

O processo de luta pela terra passou a ser reprimido em sua gênese: na ocupação. Mediante a criminalização das ocupações, a política governamental conseguiu refrear as manifestações dos movimentos sociais no campo, apresentando a falsa noção de diminuição dos conflitos e da violência. Como na maioria dos casos, a violência ocorre posteriormente (em despejos e reintegrações de posse) ou durante (confrontos diretos entre proprietários e sem-terras) as ocupações, impedir este processo é uma forma de mascarar-la.

CONCLUSÃO

Resultado das desigualdades e contradições do modelo de desenvolvimento adotado, o processo de luta pela terra surge com o intuito de garantir a reinserção político-econômica de indivíduos que, cotidianamente, são submetidos a cumprir um papel marginal na sociedade. Excluídos do pacto político, os trabalhadores sem terra resistem por intermédio das ocupações. Lutam para entrar na terra, retornar e para não sair dela. Lutam para converter a terra de exploração em terra de trabalho.

Por se tratar de uma luta que busca romper com o modelo econômico instaurado sobre a exploração da terra e o concentracionismo, contínuas repressões são utilizadas mediante o uso da violência.

Repressões e violências constituem-se enquanto parte integrante do cotidiano dos trabalhadores sem terra que, por intermédio

das ocupações, buscam reconquistar o território expropriado para garantir a sobrevivência.

Impedir as ocupações, aprisionando a terra, significa aprisionar a luta, pois esta só se fortalece por intermédio das conquistas. Apesar das repressões e violências, a luta não se extingue, pois ela representa a única forma de construir a inclusão política, social e econômica daqueles que estão marginalizados do processo produtivo (FABRINI, 2001).

Novas formas de resistências vão sendo incorporadas às estratégias do movimento, na tentativa de fugir das "cercas" impostas pelo desenvolvimento econômico seletivo.

BIBLIOGRAFIA

- CADERNO CONFLITOS NO CAMPO – BRASIL 1996, 64p., 1997.
- CADERNO CONFLITOS NO CAMPO – BRASIL 1997, 80p., 1998.
- CADERNO CONFLITOS NO CAMPO – BRASIL 1998, 72p., 1999.
- CADERNO CONFLITOS NO CAMPO – BRASIL 1999, 88p., 2000.
- CADERNO CONFLITOS NO CAMPO – BRASIL 2000, 92p., 2001.
- FABRINI, João Edmilson. **Assentamentos de trabalhadores sem-terra – experiências e lutas no Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção Questões da Nossa Época).
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- <http://www.cptnac.com.br/conflitos/2001/index.htm>. Acesso em: 10 Mai. 2002.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **O cativo da terra**. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

MOREYRA, Sérgio Paulo. As novas caras da violência no campo brasileiro. In: **Conflitos no Campo – Brasil 1998**. Rio Grande do Sul, CPT, 1998. p.7-13.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

PRADO JR., Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.